

Porto Alegre, 26 de Junho de 2006.

A Sua Excelência o Senhor  
Luís Inácio da Silva  
Presidente da República  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Vimos por meio deste manifestar nossa extrema preocupação com a decisão de seu Governo de construir duas grandes hidrelétricas no rio Madeira, o qual, como é de vosso conhecimento, é o segundo maior rio da bacia amazônica, sendo uma área de grande diversidade biológica e relevância para a conservação da biodiversidade mundial. O barramento promoverá danos irreversíveis sobre esta diversidade, particularmente sobre os peixes, afetando a pesca, um dos suportes da economia da região e, portanto, a sobrevivência de milhares de famílias. Os impactos sociais, ambientais e econômicos serão observados desde o alto Madeira até sua foz e também no rio Amazonas. A experiência da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, mostra que os impactos a jusante das grandes barragens amazônicas são tão sérios quanto os da área inundada. A retenção de sedimentos prejudica a fertilidade da várzea, afetando famílias de agricultores.

A inviabilidade econômica do empreendimento é evidenciada pela previsão de gastos superiores a 18 bilhões de reais na construção e outros 10 nas linhas de transmissão. A insistência no modelo de construção de mega-hidrelétricas na Amazônia condena o país à insegurança energética, pois se prevê que mais da metade da nova capacidade de geração venha das obras do Madeira e de Belo Monte, no rio Xingu – também esta uma obra sem comprovada viabilidade.

Aqui vale recordar parte de uma carta enviada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2004) por centenas de organizações nacionais e de outros países: "Uma política energética correta, de acordo com os interesses do país, deve privilegiar a eficiência ... Tecnicamente está comprovado que é possível produzir mais com a mesma quantidade de energia elétrica gerada atualmente ... É necessário redirecionar parte dos investimentos previstos em geração para o desenvolvimento tecnológico; para o suporte a sistemas de produção adequados; para a substituição de motores elétricos antigos por motores eficientes; para novos sistemas de iluminação e para a diminuição de perdas na transmissão, considerando que, neste caso, os índices brasileiros estão muito acima dos aceitáveis internacionalmente. Deve também fazer parte desta nova política que propomos a 'repotenciação' das

hidrelétricas mais antigas. Estudos indicam que estas medidas permitiriam o aumento de pelo menos 20% na quantidade de energia disponível".

O Banco Mundial, recentemente, apontou que potencialmente é possível economizar 25% da energia elétrica consumida no país, uma cifra que muitos especialistas consideram conservadora. Existem alternativas disponíveis dentre elas o aporte de "novas" energias através da produção por fontes renováveis e de menor impacto, particularmente a eólica, biomassa e a solar; sendo que no caso desta última é fundamental sua disseminação no aquecimento de água nos domicílios, responsáveis por até 8% do consumo nacional de energia elétrica.

Em razão dos fatos e considerações expostos acima, solicitamos que Vossa Excelência reconsidere os planos para as hidrelétricas no rio Madeira, pois a construção, como dissemos inicialmente, trará custos ambientais, econômicos e sociais muito altos para a Amazônia e o país.

Atenciosamente.

Alcides Faria  
Ecoa – MS

Glenn Switkes  
IRN – SP

Elisangela Soldatelli Paim  
Núcleo Amigos da Terra / Brasil - RS

Lucia Ortiz  
Grupo de Trabalho Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Temistocles Marcelo  
Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Luciana Badin Pereira Lima  
Ibase – RJ

Issac Gerardo Rojas Ramirez  
COECOceiba – Amigos da Terra / Costa Rica

Alípio Valdez  
CERDET – Amigos da Terra / Bolívia

Edmilson Pinheiro  
Fórum Carajás – MA

Alessandro Menezes  
Rios Vivos Brasil

Manoel Paiva  
Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Quimicas de Barcarena – PA

Magnolia Said  
ESPLAR- Centro de Pesquisa e Assessoria – CE

Oscar Rivas  
Sobrevivência – Amigos da Terra / Paraguai

Antonio Soler  
Centro de Estudos Ambientais – RS

Renato Cunha  
GAMBA – BA

Maurício Galinkin  
Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural - Fundação CEBRAC – DF

Luis Fernando Novoa  
ATTAC

Telma D. Monteiro  
ATLA – Associação Terra Laranjeiras - SP

Cleber Rodrigues de Paula  
Associação Caeté - Cultura e Natureza – SC

Jorge Oscar Daneri  
Fundación M´Biguá, Ciudadanía y Justicia Ambiental - Entre Ríos – Argentina

Margarita Flórez  
ILSA – Colômbia

Rubens Harry Born  
Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz - SP

Carlos Durigan  
FVA - Fundação Vitória Amazônica

Alessandro Menezes  
Rede Pantanal

Paula Johns  
REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano

Zuleica Nycz  
Apromac- Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR

Fabrina Furtado  
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Paula Johns  
Rede Tabaco Zero

Maria Ivonete Barbosa Tamboril  
Professora - pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia - RO

Sérgio Guimarães  
Instituto Centro Vida - MT

Rosane Bastos  
Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado; Nioaque - MS

Paulo Brack  
Professor - pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS

Sergio Leitão  
Greenpeace Brasil

Ricardo Verdum  
Instituto de Estudos Socioeconômicos INESC - DF

Rubens Born  
Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz – SP

Adriana Ramos  
Instituto Socioambiental (ISA) – DF

Rafael Filippin  
Liga Ambiental - PR

Guilherme Carvalho  
Fórum da Amazônia Oriental

Wesley Ferreira  
Movimento dos Atingidos por Barragens - RO

Marco Antônio Trealier  
Movimento dos Atingidos por Barragens